

**imprimir**

Imprimir | Tamanho do texto



07/04/2010 16:43

Silêncio na sacristia

Bispo é denunciado por coagir vítimas a retirar queixas contra frade na semana em que a CNBB discutiu escândalos sexuais na Igreja

Ronald Freitas e Tito Montenegro

As denúncias de crimes sexuais atribuídos a padres brasileiros foram um dos temas discutidos na 40a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encerrada na sexta-feira, no interior de São Paulo. Entre os debatedores, estava o bispo de Sobral, no Ceará, dom Aldo Di Cillo Pagotto. Em janeiro passado, dom Aldo prometeu rigor e isenção na apuração das acusações de estupro contra o frei Sebastião Luiz Tomaz, de Santana do Acaraú, pequeno município cearense a 250 quilômetros de Fortaleza, subordinado à diocese de Sobral. Prometeu, mas, aparentemente, não cumpriu. Na terça-feira, dom Aldo foi denunciado pelo promotor Alexandre Pinto, do Ministério Público cearense, por crime de coação. Segundo a denúncia, o bispo tentou convencer três das supostas vítimas de frei Luiz a retirar a queixa contra o religioso. A Justiça acatou a denúncia.

A conversa do religioso com as adolescentes ocorreu no dia 3 de março, logo após uma missa celebrada por dom Aldo, em Santana do Acaraú. O advogado do bispo, Jurandir Porto, nega o encontro reservado. "Ele apenas pediu justiça durante a celebração", afirma. Para Porto, coação pressupõe violência. Mas, de acordo com a promotoria, a abordagem às garotas foi intimidatória desde o começo. Uma das vítimas foi procurada pelo motorista Francisco Vanderly Carneiro, que, além do convite para a missa, lhe fez ameaças de prisão caso não retirasse a queixa contra o frade.

Após a celebração, as meninas foram levadas à Associação Beneficente Rosa Mística para "receber apoio espiritual" de dom Aldo. "O fato de frei Luiz ter colocado todas no colo, ter beijado todas, isso não é pecado e não tem nenhum mal", disse o bispo, de acordo com a denúncia da promotoria. A suposta coação foi revelada pelas três adolescentes à promotoria no dia seguinte e confirmada por outras cinco testemunhas.

As acusações contra dom Aldo geraram uma grande mobilização popular em Sobral. A prefeitura e as entidades de classe do município, o terceiro maior do Ceará, publicaram notas de desagravo ao bispo. A pressão levou as associações de promotores, juizes e delegados a manifestar apoio público ao promotor Alexandre Pinto, à juíza Solange Holanda e ao delegado Aurélio Pereira. Paulista de 52 anos, dom Aldo é muito querido no Ceará, aonde chegou em 1997.

A defesa de frei Luiz, cearense de 69 anos, também é feita com fervor pela maioria dos 26 mil habitantes de Santana do Acaraú. Filho de uma família de políticos da região, o religioso foi auxiliar do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hypólito, no Rio de Janeiro. Em 1998, depois de ter sido seqüestrado na Baixada Fluminense, pediu transferência para o Ceará. Quando surgiram as suspeitas contra ele, em janeiro, o promotor Carlos Augusto Vasconcelos, seu sobrinho, declarou-se impedido.

Vítima de um câncer na laringe, o frade foi solto por força de um habeas corpus na terça-feira, depois de 90 dias de prisão. O religioso é acusado de ter violentado três meninas e molestado sexualmente outras seis, com idade entre 10 e 16 anos, segundo o delegado Pereira. Mas o advogado Jurandir Porto nega qualquer responsabilidade de seu cliente e afirma que as meninas é que estão sendo coagidas pelas autoridades. "Tenho uma fita de vídeo em que as adolescentes dizem que jamais tiveram qualquer intimidade com o frade", afirma.

O delegado confirma a existência da fita, mas assegura que os religiosos cometeram crimes. "Fita em que as meninas tentam livrar o frade, eu também tenho uma. Nela, elas dizem que o procuravam", afirma, irônico. Pereira também tem fotos de uma das meninas, de 13 anos, de biquíni e boné, tiradas na casa onde o frade vivia. O boné pertence ao religioso. Segundo a promotoria, as menores mantinham contato sexual com ele em troca de roupas e dinheiro.

Cada um dos processos por estupro, um crime hediondo, pode render ao frade de 12 a 30 anos de prisão. Além da justiça dos homens, a conduta do frade pode ser examinada por um conselho presbiterial. Agora, é o bispo dom Aldo

que terá de se explicar. Além dele, Francisco Vanderly Carneiro e Maria Lernilson Medeiros, organizadora da missa, foram denunciados por coação. A pena prevista para esse crime varia de um a quatro anos de prisão. Maria Lernilson recusou-se a comentar a denúncia.

Duro de prender

### **Fitas não são suficientes para processar pediatra pedófilo**

O pediatra Eugenio Chipkevitch foi filmado abusando sexualmente de 35 garotos, com idades entre 8 e 18 anos, em sua clínica em São Paulo. E pode não ser condenado a um dia de cadeia por isso. O problema é que, para condenar alguém por atentado violento ao pudor (nome técnico do abuso sexual), não basta que polícia e promotores acusem e apresentem provas. As próprias vítimas precisam abrir processo. Das três dezenas de pacientes filmados, somente dez se apresentaram à delegacia, em três semanas de investigação. Teme-se que apenas uma minoria delas entre com ações na Justiça. O processo é desgastante, obriga a se defrontar com o criminoso e combater as versões da defesa — que geralmente alega que as vítimas consentiram. Pior, exige que se paguem advogados e custas processuais. Para garantir que ao menos alguém processará o médico, o Ministério Público procura, entre as vítimas, algumas que se encaixam numa brecha da lei — garotos pobres, sem dinheiro para pagar advogado. Nesse caso, o Estado pode abrir processo em seu nome.

Na semana passada o delegado responsável, Virgílio Guerreiro Neto, também tirou uma carta da manga para evitar que o médico fosse solto, com o fim do prazo de sua prisão provisória. Abriu novo inquérito, por tráfico de drogas — porque Chipkevitch dopava seus pacientes.

Fechar